

## Comentário sobre o individualismo<sup>1</sup>

Ricardo Azevedo

Veza por outra, quando penso na ideia de “individualismo”, me lembro do câncer.

No caso dessa terrível doença, as células, inesperadamente, parecem proclamar sua autonomia com relação ao organismo em que habitam e do qual dependem. Tornam-se assim indivíduos “descolados”, estranhos ao funcionamento do organismo, assumem sua subjetividade, sua singularidade e suas idiosincrasias e, dessa forma, lentamente, desestabilizam e corroem o contexto onde vivem. Resultado: vão para o espaço tanto o organismo corroído quanto suas células egocêntricas e suicidas.

Se as células cancerosas tivessem um mínimo de autocrítica, bom senso e inteligência social, talvez pudessem ter uma vida melhor, mais prazerosa e harmoniosa.

Nada contra o desenvolvimento das subjetividades e das potencialidades individuais, pelo contrário, mas muitas dúvidas com relação ao mito da autonomia ou autodeterminação individual, principalmente num ambiente de imenso analfabetismo social e político.

Além disso, uma coisa parece certa: há um pouco de idealização romântica nessa história de “desenvolvimento das subjetividades”. É certo que o grande humanista Alexander von Humboldt (1769-1859) afirmava, ainda no século XIX, que “o verdadeiro objetivo do homem (...) é o máximo desenvolvimento de suas faculdades”. Tudo bem mas, convenhamos, é preciso deixar as idealizações de lado e dar uma olhada na realidade. Ao que tudo indica, nem todos os indivíduos têm tantas potencialidades assim e em cada esquina ou jornal que lemos tropeçamos numa montanha descomunal de estupidez, egoísmo e mediocridade humana que insiste em nos constranger.

Num ambiente como o nosso em que as auto-complacências, individualidades e autonomias pululam, o filósofo Jürgen Habermas deu uma de estraga-prazeres quando sugeriu que, na modernidade, tem proliferado a “auto-certificação”. São por exemplo, para ficar no campo das Artes, artistas, escritores, poetas, cineastas, músicos, pintores, atores, dramaturgos, dançarinos que quando perguntados sobre a consistência de sua arte, respondem: “Eu digo que é consistente, ué!”

O sociólogo francês Jean Baudrillard (1929- 2007) apontava faz tempo a existência crescente, na sociedade contemporânea, de “simulacros” de tudo o quanto é tipo: cópias de fotocópias, de xerox, de covers, de fotocópias de imitações de cópias e mais cópias: “simulacros”.

---

<sup>1</sup> Publicado em 22/6/2020 em <https://www.facebook.com/rjdazevedo>

É que a “auto-certificação” sugerida por Habermas parece ter o dom de trazer à tona um enxame de inventores da roda.

Mas volto ao problema do individualismo.

Aristóteles (385 a.C. – 323 a.C.) trabalhou em suas ideias políticas, científicas e estéticas com um ideal de busca da harmonia entre as partes e o todo.

Para ele, em uma sociedade, o “viver bem” significava viver num ambiente em que a política era a atividade voltada não para o interesse da própria parte mas para o bem comum, pois acreditava que “o todo precede necessariamente à parte”.

Referindo-se ao teatro grego (mas hoje poderíamos falar em qualquer obra de Arte) Aristóteles dizia que a peça teatral é um organismo onde “todas as partes são determinadas pela ideia do todo, enquanto este, ao mesmo tempo, é constituído pela interação dinâmica das partes. Qualquer elemento dispensável neste contexto rigoroso é “anorgânico”, nocivo, não motivado. Neste sistema fechado, tudo motiva tudo, ‘o todo as partes, as partes o todo’. Só assim se obtém a verossimilhança sem a qual não seria possível a descarga das emoções pelas próprias emoções suscitadas (catarse) último fim da tragédia.” (Anatol Rosenfeld, *Teatro épico*. Editora Perspectiva, 1994).

Os críticos literários chamam esse modelo de “círculo hermenêutico”.

Para Aristóteles, aliás, a “Beleza” nada mais era do que uma “excelência na proporção das coisas”, ou seja, a harmonia entre as partes e o todo. A mesma que ele supunha poder existir um dia numa sociedade. Neste caso, a “Justiça” seria para ele a virtude social fundamental.

Entender o todo pela parte e a parte pelo todo – entender a síntese pela análise e a análise pela síntese significa, no plano social, associar o momento do indivíduo (parte) e o momento da sociedade (todo). É disso que se trata.

Neste sentido, um indivíduo que fique tão fascinado com o próprio umbigo que se esqueça de que vive com outros indivíduos no contexto complexo de uma sociedade só pode ser descrito por uma palavra: alienação. Sabemos que a “opinião” pode ser definida como a “expressão de uma convicção”. Que opinião podemos esperar de egocêntricos individualistas alienados?

O democrata Thomas Jefferson (1743-1826) dizia que “o cuidado com a vida humana e a felicidade [pública] é o único objetivo legítimo de um bom governo”.

A ideia de “felicidade pública” (assim como a de “direitos públicos”) é essencialmente democrática. Não se trata de eliminar a busca pela “felicidade pessoal” (assim como os “direitos civis” ou “das partes”) mas sim de ressaltar que todos nós vivemos em sociedade (o “todo”) e temos que aprender a lutar igualmente pela harmonia entre as duas felicidades: a privada e a pública.

Naturalmente, todos nós temos anseios e interesses pessoais e é legítimo batalhar por eles. Mas será que adianta minha vida particular estar boa se estou cercado de pessoas que vivem em condições precárias e descivilizadas? Para além da busca voltada aos interesses e crenças individuais, é preciso que cada cidadão leve em conta o seu entorno social e também lute para que ele seja melhor e mais equilibrado.

Talvez o principal papel das escolas nos dias de hoje – do Fundamental à Graduação – seja, por meio do estudo e do conhecimento, ajudar o estudante a fazer essa ponte virtuosa entre o desenvolvimento de sua subjetividade e o desenvolvimento da sociedade em que vive.